

Anna Carolina Ayres

Licenciada em Biologia (UFRJ) e Mestranda em Educação (PUC-Rio)

Viviane Amorim

Licenciada em Geografia (UFRJ) e Mestranda em Educação (PUC-Rio)

CORTINA, Adela. *Aliança e contrato: política, ética e religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Estamos diante de uma crise axiológica marcada por conflitos entre a moral e os valores predominantes da ideologia capitalista. “*Aliança e Contrato*”, de Adela Cortina, apresenta-se como um conjunto de reflexões sobre algumas das questões presentes neste debate. Dentre estas podemos destacar: como pensar uma educação moral numa sociedade pluralista? Quais valores devem ser ensinados em nossas escolas? Há valores que devem ser difundidos de maneira universal? Como estes valores universais podem assegurar a pluralidade que tanto queremos hoje? Essas questões atuam como fios condutores do livro e evocam a noção de cidadania como auxílio para a concretização de uma educação moral.

Nesse sentido, a escola teria o papel de educar nos valores da cidadania já que ser um bom cidadão é uma pré-condição para os membros de uma comunidade política e plenamente humana. Mas quais são os fundamentos que estão por trás da noção de cidadania numa sociedade inter-relacional na qual seus membros estão imersos em redes associativas e sob a jurisdição das leis? Como relacionar comunidade ética e comunidade política? A consagrada e polêmica filósofa espanhola Adela Cortina, Professora Catedrática de Filosofia Moral da Universidade de Valência, traz no livro “*Aliança e Contrato*” essas e outras reflexões numa tentativa de esclarecer o contexto da crise atual.

O livro é dividido em seis grandes partes, cada uma contendo dois capítulos. A primeira parte intitulada “*Duas parábolas sobre os vínculos humanos*” trata de temas como política, ética e religião como sendo dimensões irrenunciáveis do ser humano e traz à tona a necessidade de estabelecermos laços entre elas. Para Cortina, o enfraquecimento da noção de aliança entre os seres humanos teria gerado um conseqüente dano a essas três dimensões. Urge, então, compreendermos três conceitos: aliança, contrato e república, para entendermos como se dão os vínculos humanos. Utilizando-se dos relatos do livro bíblico do *Gênesis* e da obra *Leviatã* de Thomas Hobbes, a autora diferencia a aliança do contrato, de forma que a primeira refere-se à necessidade do ser humano de se reconhecer no outro e cujo motor é a compaixão, enquanto que o segundo refere-se à característica do corpo político que tem como motor o interesse egoísta e o medo recíproco. Dessa maneira, a noção de aliança se manteria pela identidade, reciprocidade e lealdade enquanto que o contrato se manteria pela força externa, pelo medo e pela coerção. Aliança seria a base da sociedade civil e contrato da sociedade política. Para a autora, um dos fatores que teria contribuído para a crise axiológica que vivemos seria o fortalecimento das concepções de contrato em detrimento das concepções de aliança. Nesse sentido, Cortina propõe que conceitos como justiça, autonomia, compaixão, responsabilidade, reconhecimento mútuo e o

caráter relacional do ser humano são indispensáveis para se alcançar a maturidade moral.

A segunda parte do livro, “*Incapacidade do Leviatã de governar sozinho*”, enfoca as falhas presentes no contrato social, o que serve para reforçar a convicção de que o “*contrato não é suficiente, precisa apoiar-se no reconhecimento recíproco que fundamenta a aliança*” (p.47). A autora expõe os pressupostos indispensáveis para dar sentido ao pacto social: todo ser humano tem o direito de ser dotado de alguns direitos que lhe correspondem pelo fato de ser pessoa; os direitos humanos são pressupostos dos pactos sociais, o que significa que não são objeto do contrato; o contrato pelo qual se forja o Leviatã é insuficiente e precisa contar com pressupostos ligados a uma forma de vínculo não-contratual, a aliança. Discute ainda a importância do uso da razão diligente em detrimento da razão preguiçosa como ferramenta que serviria para a proteção dos direitos humanos e mobilizadora da noção paradigmática de cidadania social. Nesse sentido, a proteção desses direitos consistiria numa exigência de justiça e implicaria o reconhecimento entre os seres humanos, o que serviria para dar sentido ao pacto social.

Na terceira parte, “*Do individualismo à comunidade política*”, os temas centrais são: comunidade política justa e capital social como riqueza das nações. Para a autora, o compromisso com o local é indispensável para a noção de universalidade. Assim, Cortina contrapõe os conceitos de comunitarismo e republicanismo, promovendo reflexões sobre suas similaridades e diferenças. Sobre as semelhanças, a filósofa demonstra que a proposta de ambos enfatiza dois tipos de capital social: o dos valores democráticos e o das associações civis. Como fio condutor desse debate, a autora introduz a noção de capital social, enfatiza que a essência das associações reside na confiança e na reciprocidade e que a simples presença destas associações não é o suficiente para o estabelecimento destes pressupostos. Segundo Cortina, desinteressar-se pelo próximo e pela comunidade de pertença não é a melhor forma de construir uma república que inclua toda a humanidade. Ao mesmo tempo, o horizonte moral das comunidades políticas concretas só pode ser o da humanidade em seu conjunto. Mais uma vez, Cortina tenta demonstrar as implicações de se pensar universalidade e particularidades na educação moral.

Na quarta parte, “*Comunidade política e a comunidade ética*”, Cortina traz à tona uma reflexão sobre o estado de natureza e o estado civil. Sustenta a idéia de que a *publicidade* (no sentido de tornar público) seria o veículo que conduziria a passagem da qualidade de natural para civil. Enfatiza também a necessidade do respeito mútuo entre essas duas comunidades. A autora acredita na promoção de uma educação nos valores de uma cidadania baseada na articulação das tradições da aliança, da república e do contrato. Propõe ainda que eduquemos em um “*cosmopolitismo arraigado*” e que este não se constrói sem levar em consideração suas comunidades de pertença, e sim a partir delas; não se constrói evitando as diferenças, mas assumindo-as.

Na quinta parte, “*Ética cívica: entre a aliança e o contrato*”, Cortina aborda tópicos essenciais para sua argumentação, dentre eles: o panorama da ética cívica; o pluralismo moral e o pluralismo ético; a “*ética de mínimos*” e a “*ética de máximos*”; a necessidade de uma ética global e de co-responsabilidade. A autora apresenta uma proposta para se articular ética de mínimos (centradas na justiça) e éticas de máximos (centradas na felicidade), destinadas a fortalecer o tônus moral das sociedades contemporâneas, em vez de enfraquecê-lo. Também ressalta que as propostas de felicidade sejam baseadas na gratuidade possível e que as exigências de justiça se fortaleçam a partir de si mesmas e das raízes que lhe conferem sentido. Nesse contexto,

estreitar os laços entre a aliança (gratuidade, felicidade) e o contrato (exigência, justiça) numa ética cívica não pode ser compreendida se prescindimos de algum deles.

Na sexta e última parte do livro, intitulada “*Não há sombra sem corpo: justiça e gratuidade*”, Adela Cortina trata especialmente dos bens da justiça e dos bens da gratuidade. Nesse sentido, os primeiros são tratados como componentes mínimos de uma vida de qualidade. Assim, Cortina articula as expressões “*exigências de justiça*”, “*deveres de justiça*” e “*mínimos de justiça exigíveis*” para embasar o fato de cada pessoa ter satisfeitas suas necessidades básicas. Os bens de justiça exigíveis são, nesse caso, caracterizados numa ética cívica de mínimos, além de terem suas raízes na experiência da aliança. Trabalha também a liberdade humana através do conceito *obligatio* (obrigação; *ob-ligación*, em espanhol), o qual lhe serve para embasar sua opinião a respeito da necessidade dos seres humanos estarem *ligados* uns aos outros. A partir da noção de um vínculo transcendental e misterioso que permeia as relações humanas e da interioridade sem a qual não existiria um “*eu*” *ligado* a um “*tu*”, Cortina finaliza sua obra evocando a necessidade de se recuperar a noção de aliança e não renunciar aos mistérios que nos envolvem, enquanto seres que partilham a mesma dignidade.

O livro “*Aliança e contrato: política, ética e religião*” têm como maior mérito articular conceitos e definições referentes à crise axiológica da atualidade dialogando com autores clássicos e contemporâneos. Com relação à educação, Adela Cortina traz a proposta de uma educação em valores baseada no resgate da noção de aliança (máximos de felicidade; gratuidade) em equilíbrio com a noção de contrato (mínimos de justiça; exigibilidade), enfatizando a importância dos direitos irrenunciáveis a todos os seres humanos. O livro torna-se, portanto, uma leitura indispensável para aqueles que se propõem a desenvolver uma educação intercultural efetiva que se fundamente na moral, na ética e no respeito entre os indivíduos de diferentes culturas.